

Moisés Kopper. Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político. *Papeles de Trabajo*, Año 6, Nº 9, junio de 2012, pp. 198-224.

Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*

Moisés Kopper**

Resumen

Este trabalho problematiza o uso público da palavra nos espaços da democracia – representativa e participativa – de Porto Alegre. Pretende-se apreender, de forma particular, a maneira como a *arte oratória* é empregada estrategicamente por líderes comunitários em sua atuação performática e mediadora por diferentes espaços públicos da cidade. Pensado como uma modalidade específica de capital simbólico que agrega valor às performances discursivas, o uso público da palavra contribui para a compreensão dos processos representativos e de mediação política que orientam a participação popular, assim como dos significados atribuídos ao exercício da política. A etnografia privilegia, através da observação participante, os itinerários de um desses líderes comunitários, demonstrando como suas competências lingüísticas o conduzem à ação, conectando uma diversidade de agentes e instituições sociais, tais como associações de camelôs e o novo *Centro Popular de Compras* de Porto Alegre. Os resultados indicam que as relações de poder da liderança são constituídas em contextos de disputa e negociação, envolvendo líderes e grupos sociais concorrentes, de um lado, e dispositivos estatais, como o Ministério Público, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores, de outro.

Palabras clave: Arte Oratória – Democracia Participativa – Antropologia – Porto Alegre/RS.

Keywords: Oratory art – Participative democracy – Anthropology - Porto Alegre/RS.

* Este artigo é uma adaptação e constitui parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, apresentado em 2009/02 à banca examinadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Moisés Kopper é mestrando em Antropologia Social e é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi bolsista Pibic/CNPq no projeto “Cultura e Democracia Participativa” de 2007 a 2009. Atualmente, é bolsista PROEX-CAPES de mestrado. E-mail: moiseskopper@royalnet.com.br

A história deste artigo tem seu início em agosto de 2007, quando ingressei, como bolsista de Iniciação Científica, no projeto de pesquisa “Cultura e Democracia Participativa”, sob a orientação do professor Arlei Sander Damo. Em termos gerais, o ponto fundamental dessa tentativa de incursão pelas esferas do Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA) era de enfatizar a atuação e o fluxo ordenado de agentes sociais – em especial, de líderes comunitários – e experiências, na tentativa de captar os itinerários dos sujeitos encarnados que conformam, de uma perspectiva local e cultural, os meandros desse dispositivo de participação popular na esfera pública (Damo, 2006; Kunrath Silva, 2002). De maneira particular, esforcei-me, naquele momento, por compreender as relações de concorrência que se instituem entre as diferentes lideranças – seja no Conselho do OP (COP)¹, seja nos Fóruns Regionais de Delegados e Conselheiros (FROPs)² –, em disputa pelo monopólio da representação social e pela legitimidade de mediar os interesses dos delegados e das comunidades que representam. Isso, por sua vez, coloca em jogo um complexo sistema de construção de reputações e de produção e manutenção de capital político entre esses agentes.

A observação participante se concentrou, até o primeiro semestre de 2008, sobre a Região Centro do OP-POA, estendendo-se, a partir de 2009, também sobre o COP. Aos poucos, passei a perceber as dinâmicas culturais que ali se desenhavam como uma modalidade de jogo social, dramatizado e ritualizado de acordo com uma certa perspectiva estética e performática que possibilitava a expressão singular de seus participantes em espaços públicos específicos. O OP era tido, então, como um campo aberto de experimentação retórica, subjetiva e cultural a partir do qual novas práticas e técnicas poderiam ser apreendidas e acopladas na propulsão dos interesses locais das comunidades participantes.

A partir do segundo semestre de 2008, passei a acompanhar etnograficamente a realização estratégica da mediação política pelos interstícios dos espaços públicos (Velho e Kuschnir, 2001) – num processo dinâmico, em que são testadas e colocadas à

¹ Guardando certas semelhanças para com as instituições parlamentares convencionais, o COP é o órgão máximo de deliberação do OP, através da participação de todos os conselheiros de todas as diversas regiões do OP, ele planeja, fiscaliza e delibera sobre os investimentos a nível municipal.

² Os FROPs reúnem os conselheiros e delegados em cada região ou temática, ocasião em que são discutidas as prioridades de investimentos locais. Em função da participação dessas duas categorias diferenciadas de agentes da democracia participativa – bem como de parte voluntária da comunidade – afloram com mais vigor e efervescência os embates políticos, as negociações de sentido entre o governo e a comunidade.

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*. *Papeles de Trabajo*, Año 6, Nº 9, junio de 2012, pp. 198-224.

prova as capacidades do líder comunitário em fazer valer seus contatos, suas redes, seu capital simbólico e cultural, enfim, seu poder de barganha e negociação. Por conseguinte, para se poder compreender e problematizar a mediação, cumpre observar os seus processos de operacionalização, que necessariamente ocorrem nos entre-espços – de liminaridade, de fronteira cultural – seja na relação do líder com a comunidade, seja na negociação cultural nos espaços de bastidor da política convencional, seja no acionamento de dispositivos estatais, como o Ministério Público, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.

O ponto de partida para esse deslocamento de objeto e, conseqüentemente, do próprio interesse de investigação teórica, foi a candidatura de um dos conselheiros titulares da Região Centro para o cargo de vereador de Porto Alegre. A fim de acompanhar a rotina e as práticas dessa tentativa de incursão pelos espaços êmicos de arregimentação de capital político, passei a tomar parte, mais diretamente, do cotidiano de Juliano Fripp que, além de atuante, há alguns anos, no Conselho do OP, também está à testa de um grupo de comerciantes informais envolvidos com a implantação do novo Camelódromo³, no centro da cidade.

Finalmente, desde fevereiro de 2009, tenho acompanhado quase que diariamente os efeitos da negociação e das estratégias políticas de Juliano Fripp e seu séquito de lideranças políticas no acionamento de várias modalidades de agência para a consecução de seus interesses – entre as quais, por exemplo, o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, a Imprensa, a Câmara de Vereadores. Da mesma forma, tenho realizado trabalho de campo entre os próprios camelôs⁴, doravante considerados comerciantes populares, buscando captar os retratos e corolários subjetivos desses processos de transição física e cultural⁵.

Os sustentáculos teórico-epistemológicos

O objetivo deste artigo, nesse sentido, é discutir e problematizar, por meio de três casos etnográficos paradigmáticos, algumas das experiências que constituíram minhas

³ Termo com o qual se designa a concentração de trabalhadores ambulantes, os “camelôs”, em um determinado espaço circunscrito ou negociado com o Estado para abrigá-los. Vide nota seguinte.

⁴ O termo, êmico, refere-se a como são usualmente caracterizados os trabalhadores ambulantes no Brasil.

⁵ Os trabalhos de campo realizados junto às instâncias do OP, tanto quanto o acompanhamento de Juliano Fripp e dos camelôs envolvidos nas negociações do Camelódromo, renderam um copioso conjunto de escritos etnográficos, de mais de 900 páginas, na forma de diários de campo, em permanente expansão.

Moisés Kopper. Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

incurções de campo, para além dos espaços da democracia participativa de Porto Alegre. Baseio-me, para tanto, em três eventos interligados que, pela diversidade de suas escalas espaciais, permite compreender a atuação do grupo em perspectiva comparativa – o primeiro deles, a eleição de Juliano, o segundo, o acionamento da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores e o último o retorno do líder ao cotidiano.

Tomando como ponto de partida as estratégias discursivas materializadas na atuação de Juliano por esses espaços, é possível pensar a questão do desenvolvimento de uma arte oratória idiossincrática que tem lugar nos espaços destinados ao uso público e performático da palavra, a partir da discussão ensejada por Pierre Clastres (1979), ao problematizar o papel do chefe político nas “sociedades contra o Estado”. Nesses grupos sociais, a palavra constitui-se no dever do poder: não se reconhece ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe; a sociedade exige do homem destinado a ser chefe que ele prove o seu domínio sobre uma série de competências técnicas que o distinguem do resto do grupo, todas centradas no uso retórico da palavra. (Clastres, 1979: 149-153).

Nessa perspectiva, um dos elementos constitutivos centrais para o entendimento dos sustentáculos simbólicos inerentes aos contextos de performance discursiva e que orienta a expressão pública do chefe como mediador político, é o desenvolvimento subjetivo daquilo que Christian Ghasarian (2007) denominou “arte oratória”, tendo como contexto etnográfico a sociedade de Rapa, na Polinésia Francesa. Consoante o autor, as qualidades retóricas de expressão da palavra pública ritualizada nesses grupos sociais estão associadas ao exercício de funções estatutárias importantes, como as de pastor, diácono, prefeito, presidente de uma associação local, etc. Contudo, diferentemente de Clastres (1979) – que associa indestrinçavelmente poder e palavra – Ghasarian está preocupado em demonstrar como uma determinada “arte oratória” *sui generis* opera concomitantemente à formação de uma arte democrática e, por extensão, na construção de um *in-group* moral entre os sujeitos (Ghasarian, 2007).

Pensar o uso público da palavra a partir da faculdade de improvisação implica, seguramente, tratá-la em termos de uma modalidade específica de capital simbólico, isto é, enquanto um conjunto de códigos e bens imateriais produzidos e apreendidos pelo sujeito no decorrer de sua socialização nos espaços de participação da democracia participativa e que promovem o reconhecimento imediato e naturalizado das

propriedades intrínsecas ao seu discurso. Em outras palavras, significa aqui que a análise do poder das palavras deve estar conectada aos usos da linguagem e, por conseguinte, às condições sociais de utilização das palavras e da eficácia ritual deste capital retórico (Bourdieu, 1998). De modo que o princípio da eficácia simbólica das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística deve ser procurado na “relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo”.

Assim, compreender a *performance* implica dar conta, por extensão, da maneira como o sujeito, de corpo inteiro, nela participa, toma parte e forma, isto é, tendo em vista o contexto mais amplo de qualquer interação intersubjetiva e os elementos (atitudes e posturas) acionados na presença da alteridade (Le Breton, 2009). Depreende-se disso que a performance não pode ser reduzida ao estudo do objeto semiótico: “sempre alguma coisa dela transborda, recusa-se a funcionar como signo... e todavia exige interpretação” (Zumthor, 2000). Trata-se, portanto, de um processo global de significação.

As propriedades intrínsecas ao discurso não cumprem, pois, a função de proferir uma ordem prescritiva aos interlocutores, numa dada situação comunicativa. O mediador político, via de regra, não dispõe de autoridade alguma, de qualquer poder de coerção (Evans-Pritchard, 2007); o chefe não está em relação de transcendência ou exterioridade ontológica e física com sua comunidade, à semelhança do Príncipe, em Maquiavel (Foucault, 1979). O líder comunitário está ao serviço da sociedade que o institui, enquanto corresponder com perspicácia aos anseios e expectativas de seus representados, numa relação de interdependência cujo risco é permanente (Clastres, 1979):

A tribo, para quem o chefe não é mais do que um instrumento apto para realizar a sua vontade, facilmente esquece as vitórias passadas do chefe. Para ele nada está adquirido em definitivo, e se ele quer restituir às pessoas a memória tão facilmente perdida do seu prestígio e da sua glória, não é somente exaltando as suas antigas proezas que o conseguirá, mas antes suscitando a ocasião de novos feitos de armas. Um guerreiro não tem escolha: está condenado a desejar a guerra. É exatamente aí que se encontra o consenso que o reconhece como chefe. Se o seu desejo de guerra coincide com o desejo de guerra da sociedade, esta continua a segui-lo (Ibidem: 203).

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

Privilegiar os itinerários percorridos por um dos líderes comunitários de destaque da Região Centro do OP de Porto Alegre, demonstrando como suas transações e articulações em contextos multifacetados de disputa e negociações operam na constituição de sua autoridade política e representativa – impõe uma série de desafios e problemas metodológicos. Como liderança comunitária engajada no processo de elaboração, desenvolvimento e apropriação de uma demanda específica e pontual da Região Centro do OP-POA – o CPC (Centro Popular de Compras) ou, como prefere chamar, simplesmente, o *Camelódromo* – Juliano intersecta em suas movimentações e estratégias discursivas uma diversidade de agentes e instituições sociais.

No que toca ao complexo ordenamento destas experiências múltiplas e heteróclitas que plasmam a democracia participativa, de modo geral, e a atuação de Juliano, de forma particular, farei uso da noção metodológica eliasiana de análise processual e relacional a partir das cadeias de interdependência que são constituídas entre diferentes eventos, sujeitos e espaços de interação (Elias, 1994). A idéia fundamental consiste em tomar as movimentações e o uso público da palavra operacionalizada por Juliano como porta de acesso às tensões e às redes de configurações mais amplas nas quais se inscreve sua ação (Elias, 1995). Sendo assim, as próprias interações não são tomadas como eventos isolados, porque os indivíduos, sujeitos desse processo, são eles próprios atravessados pelas dinâmicas configuracionais dos processos e constituídos nas relações dinâmicas com o todo. Em uma palavra, os processos e eventos aqui narrados, ao privilegiarem determinados espaços de interação, pretendem ilustrar como a produção simbólica (estruturas mentais) está atrelada à dinâmica social (estruturas sociais) (Garrigou e Lacroix, 2001), na tentativa de retirar de uma “coleção de miniaturas etnográficas” uma ampla paisagem cultural da nação, da época, do continente ou da civilização (Geertz, 1989).

A seleção dos espaços que fizeram parte desta etnografia dos processos políticos obedeceu ao critério da multiplicidade das diferentes arenas de participação democrática desveladas pela mediação de Juliano: Ministério Público, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), Câmara Municipal de Vereadores, Centro Popular de Compras, Orçamento Participativo, mídia – procurou-se privilegiar a diversidade de instituições e agentes sociais que compõem o cenário

Moisés Kopper. Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

cultural e arquitetônico da esfera pública de Porto Alegre⁶. Por outro lado, atuar nos interstícios desses diferentes espaços sociais significa, do ponto de vista da construção representacional do líder comunitário, não somente que *ele esteve lá*, senão que a sua própria arte oratória, sua habilidade de jogar e usar inventivamente os conceitos, as lógicas e as dinâmicas sociais desses campos, se constitui *sobre* esses mesmos itinerários.

Vista dessa maneira, enfatizando a *dimensão concreta das experiências cidadãs pela produção etnográfica*, é possível compreender a política nas interfaces com a cultura, como tramada às teias de configurações sociais e culturais que lhe servem de suporte. Em outras palavras, ao problematizar a participação na política, tendo em vista as intersecções deste com outros campos sociais, franqueando os feixes de lutas e violências simbólicas que lhe são intrínsecos, desvela-se a particularidade do local, artesanalmente engendrado (Geertz, 1997; 2001), da Política como um valor. É tomando a política como termo êmico, com ênfase na etnografia e atento às tramas nativas (Peirano, 2001; Steil, 2001), que se poderá trazer novos elementos para o debate em torno da participação popular na política e, sobretudo, do dinamismo da cultura popular no Brasil.

Os itinerários e os universos de circulação: a atuação de Juliano Fripp

Residente em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, Juliano foi um dos fundadores da Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), em 2001. Desde então, vem travando sucessivas disputas em nome da comunidade que representa, seja na defesa de seus interesses, seja na discussão, proposição e execução de um dos maiores projetos arquitetônicos do centro de Porto Alegre – o Camelódromo. Meu primeiro contato com Juliano ocorreu ainda em 2007, ocasião em que eu frequentava com assiduidade o FROP da Região Centro do OP; na época, problematizava-se o início das obras do novo empreendimento. Durante todo o ano de 2008, a constante exposição à mídia em função dos conflitos com outros setores e agentes sociais envolvidos na disputa pelo Camelódromo, bem como as diversas manifestações públicas em favor da rediscussão

⁶ Muitos dos contextos e diários de campo desta pesquisa que venho realizando desde o início de 2009 não puderam ser contemplados; cito, aqui, sobretudo, os limites da representatividade de Juliano no interior do Camelódromo – é o caso daqueles indivíduos que, municiados de um olhar crítico sobre o processo, identificam problemas e contradições na condução dos trabalhos e na maneira como o líder se dirige à comunidade através de sua arte oratória *sui generis*.

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

do projeto e da transposição dos camelôs, fizeram-no candidatar-se a vereador de Porto Alegre. Apesar de seu prestígio político e das várias incursões durante a campanha pelas comunidades da Região Centro do OP, em que se consolidou como liderança, fez cerca de 900 votos, o que o colocou numa distante posição de suplência, muito aquém, portanto, de suas aspirações iniciais.

O que está em jogo não é, pois, uma espécie de reconstituição exegética e histórica da trajetória de uma liderança comunitária, mas, antes, a tentativa de pensar a articulação e imbricação de diferentes universos simbólicos através do uso público da palavra por parte de uma das figuras centrais do processo de participação popular na política de Porto Alegre. E, mais importante: não se trata da figura particular de Juliano, nem de entendê-lo como um protagonista dessa história, mas, antes, dos grupos sociais, dos critérios culturalmente mediados de participação, das redes de reciprocidades, das alianças e das tensões macro-sociais a que o seu itinerário dá lugar.

Por sua vez, o projeto de concepção, planejamento e implantação de um Centro Popular de Compras que abrigasse os camelôs e comerciantes informais do centro de Porto Alegre precisa ser entendido tendo em vista o “campo de possibilidades” macrossociológico a partir do que foi possível pensar a emergência e concretização de uma instituição denominada “Camelódromo”. Considero plausível, nesse sentido, abordar o problema da construção de uma espécie de “frente discursiva” em torno do fenômeno e do processo de reurbanização e higienização a que recentemente foi submetida a Região Centro de Porto Alegre: é no interior desse contexto mais amplo que a questão pôde ser politicamente enunciada e praticada. Este é um processo que, quando analisado em sua polifonia discursiva, envolve uma multiplicidade de agentes e semânticas sociais, tão polivalentes – do ponto de vista da organização simbólica do real – quanto o são os substratos subjacentes às macro-políticas governamentais sustentadas pela prefeitura municipal.

De modo geral, a questão do Camelódromo agrega indissociável e concomitantemente a atuação pública de pelo menos três modalidades de agentes diferenciados – de um lado, os agentes estatais (prefeitura municipal, secretarias de gestão, vereadores); de outro lado, os grupos sociais pleiteantes e afetados pelo processo – são estes os camelôs e comerciantes informais que durante várias décadas ocuparam as ruas do centro da cidade e que repentinamente se vêem na iminência dos processos

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

de legalização e de negociação com o Estado – transfigurando uma relação historicamente pontuada pela oposição e pelo distanciamento sistemático da esfera pública. Há, ainda, um terceiro grupo de agentes – são os representantes da construtora do empreendimento, com quem os camelôs deverão manter, doravante, uma relação contratual, jurídica e comercial de locação dos espaços de trabalho.

Em meados de 2008, já com a obra finalizada, passou-se a aventar e discutir a possibilidade de postergação da abertura, da inauguração e da transposição dos comerciantes populares – como seriam doravante nominados. O debate travado naquele momento pelos atores implicados no processo inseria-se num quadro mais amplo acerca das diversas irregularidades e insuficiências suscitadas pelo grupo de Juliano com relação à estrutura do novo prédio, tida como imprópria para ocupação, ao mesmo tempo em que estavam em jogo os sentimentos, as expectativas, os anseios e as emoções subjetivas dos camelôs afetados pelo processo de transposição física e cultural da rua para a “gaiola”, como fazem questão de ressaltar. A fim de propulsionar sua atuação e os efeitos pragmáticos da mobilização social, Juliano acionou, recorrentemente, diversas instâncias públicas, tais como o Ministério Público e a prefeitura municipal, alternando períodos de negociação e rompimento simbólicos.

Um dos resultados mais palpáveis, portanto, da intervenção de Juliano – no acionamento estratégico dessas instâncias e na proposição de irregularidades do ponto de vista da construção do prédio – como representante, à época, de parte significativa dos camelôs que ocupariam ulteriormente as bancas do Camelódromo, foi a postergação da inauguração do empreendimento, que viria a ser aberto ao público somente no dia nove de fevereiro. Do ponto de vista simbólico, porém, o que estava em jogo através da agência de Juliano e de sua performatização oratória era a construção de sua reputação como o líder comunitário mais apto ao exercício da função de mediador político, cargo que o acúmulo de capitais e habilidades, como a arte retórica, o uso público da palavra e a rede de alianças e competências técnicas pessoais lhe conferiam.

Gostaria de iniciar com a apresentação de um episódio importante do ponto de vista do roteiro metodológico de uma antropologia dos processos de institucionalização do capital retórico, da operacionalização de uma economia simbólica e cultural de valores, da formação e conversão do capital social e político. Trata-se do processo de

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

escrutínio pelo qual Juliano foi eleito e consagrado representante oficial dos comerciantes populares, evento, este, ocorrido no dia 16 de fevereiro deste ano.

A eleição de Juliano no Camelódromo

A eleição e o escrutínio dos votos acontecia no terceiro andar do prédio. Como fosse a primeira vez que conhecia esta parte do Camelódromo, passei imediatamente a fotografar o local. Era entre paredes de concreto mal acabadas, logo em frente à bem construída sala de conferências e reuniões, que se concentrava grande parte da população. Cumprimentei Juliano, e este gritou, entre tantas pessoas, para que me assentasse em um dos belíssimos bancos que ali estavam. Muitos indivíduos soltaram risadas, diante de sua piada irônica. Estampado no centro de sua camiseta havia um pequeno papel com o número dois rabiscado, preso com um alfinete. Ao seu lado, estavam alguns líderes camelôs de outros locais, cujas feições recordei das reuniões de que participamos ainda no ano anterior, durante a época eleitoral. Juliano me convidou para sentar ao seu lado, em um banco improvisado com baldes de tinta vazios. Reiterou a preocupação com a vitória da chapa quatro, cujos representantes estariam aliados ao governo, mancomunados, portanto, a “toda uma política corrupta e que não prioriza quem deveria ser priorizado no Camelódromo”.

Enquanto Juliano conversava com seus companheiros de causa, dirigi-me para onde estavam Dona Vera, Dona Ângela e outras mulheres da ASFERAP. Juntei-me à roda, e ouvi suas opiniões sobre o processo que se desenrolava. Dona Vera, entre outras coisas, estava preocupada com as possibilidades de fraude que poderiam ocorrer durante a apuração dos votos. O processo de escrutínio estava previsto para ocorrer na própria SMIC, ao invés de se desenvolver ali no local, o que, para muitas pessoas, significava a possibilidade de fraude. De outra parte, havia uma preocupação maior com relação à integridade de Juliano, que estaria “se arriscando demais”, o que poderia não agradar às autoridades e representantes governamentais que estariam mancomunadas com a chapa apoiada pelo “poder”.

Aproximava-se o horário de encerramento das eleições. Juliano estava apreensivo e se movimentava com ainda mais rapidez que o usual. O local foi sendo tomado por mais e mais pessoas. As principais autoridades que acompanhariam a apuração já estavam posicionadas ao redor da mesa eleitoral. Chegado o horário, a urna foi fechada,

depois lacrada e carregada com cuidado pelo representante governamental, seguido de perto pelo séquito que o acompanharia até a SMIC. O objeto parecia estar envolto de uma aura sagrada. O grupo caminhou até certo ponto, quando então parou para posar para as fotos, com a urna devidamente apresentada e lacrada. Registrado o momento solene, prosseguiram escadas abaixo, ao som de aplausos e gritos dos que se aglutinavam no entorno.

Continuei registrando o momento com a câmera, até o grupo desaparecer em meio à multidão, que recomeçava, então, sua rotina de vendas – com um diferencial: todos estavam apreensivos pela apuração dos votos. Transcorrido algum tempo, chegam os primeiros boatos de que a chapa de Juliano estaria liderando a contagem dos votos. A fofoca causou alvoroço, Dona Marilda somente comentava: “será que é verdade, meu deus, imagina se for, eu vou ter um troço, de tanta felicidade!”.

Aos poucos, todos foram se acalmando, diante das evidências que indicavam a superioridade da chapa de Juliano. Os céticos ainda comentavam a possibilidade de fraude, inclusive desenvolvendo várias situações hipotéticas de como tal procedimento poderia ser efetivado e levado a cabo. Outros falavam, ainda, das possíveis retaliações que Juliano poderia vir a sofrer, depois de eleito. Alguns minutos de silêncio e uma nova balbúrdia se instala. Alguns gritos, que lembravam espasmos de dor, vinham de longe; corremos para ver o que acontecia, quando algumas senhoras até então desconhecidas passaram a bradar: “Aeeeeeeeeeeee!!!! É chapa 2!!! Ganhamo! Ganhamo! Aeeeeeeeeeeee!!! Agora é nois!!!! Vão ter que nos engolir!!! Aeeeeeeee!!!”. Dona Vera, Dona Marilda, Dona Diva, a esposa de Juliano e a mãe de Lindomar já pareciam ter compreendido o recado, sorriam de satisfação, em parte pela vitória consumada, em parte pelas reações intrépidas daquelas senhoras.

Mais alguns instantes transcorridos, ouço novos gritos de felicitação e de movimentação nas proximidades das bancas da ASFERAP. De fato, era Juliano quem liderava uma interminável fila de pessoas, que gritavam e socavam os ares, enquanto ele, Juliano, à frente, cumprimentava a todos os camelôs por onde passava o grupo. Segui o movimento por um longo percurso, cuja animação era inquestionável, aos brados de “Eieiei, Juliano é nosso rei! Eieiei, Juliano é nosso rei!”.

Após o encerramento das atividades, acompanhei Dona Vera e a filha, que cuidava pacientemente da banca, até a saída do camelódromo. “Vocês viram que coisa

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

linda? Que festa que foi quando o Juliano voltou? Agora a coisa vai mudar, nós vamos poder lutar de igual pra igual com os poderosos... Ele ainda deve estar por aí... Quem sabe a gente não encontra ele depois, na saída”. De fato, era Juliano quem estava nas proximidades, alguns passos adiante:

(...) “muita coisa está errado, Moisés. E agora nós vamos ter serviço pela frente. Mas pelo menos nós vamos ter como negociar. Nós não tínhamos como exigir nada da empresa. Porque tu sabe que isso aqui, na verdade é um conflito que só existe pela ganância e pela vontade do lucro dessa empresa e do governo que resolveu se juntar a eles... Agora nós vamos sentar e impor também as nossas condições. Eles vão ter que aliviar um pouco pro nosso lado, cobrando menos aluguel ou então dando um prazo de carência. E assim tem muita coisa que nós aos poucos vamos ter que contornar e corrigir. (...) Não vai ser fácil, porque mesmo estando na coordenação a partir de agora, vai ter muita gente se posicionando contra essa mudança, contra o nosso esforço e a nossa luta, e vão fazer de tudo pra isso não dar certo”.

Entendido como um rito de passagem – que demarca dramatizada e cerimonialmente a transição de status de Juliano no que tange ao seu processo de representação e aos correspondentes usos públicos da palavra – o evento envolveu, ainda, a racionalização subjetiva de outros atores sociais, implicados no processo, e que concorrem para a institucionalização de Juliano como o candidato legítimo com aspirações à coordenação dos trabalhos no Camelódromo. A idéia, amplamente difundida na ocasião, de certa periculosidade a acompanhar o trabalho de mediação política do novo cargo demarca, por sua vez, novos espaços de assimetria entre a comunidade e o seu líder, no sentido de que tais temores contribuem para o estabelecimento da crença na diferença e na especialidade do líder comunitário e, por extensão, na formação de seu prestígio enquanto um capital culturalmente mediado, assentado no dom e na manipulação da oratória.

A Tribuna Popular na Câmara de Vereadores

Mas a mediação política – através do uso da palavra pública ritualizada – não pode parar. Dentre as estratégias discursivas de Juliano, resalte-se aquela de maior impacto, decisiva para o futuro político do Centro Popular de Compras e, de maneira particular, para a reputação do líder comunitário: o acionamento da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores, no dia 30 de abril de 2009, que reuniu cerca de 600 camelôs no auditório principal da Casa.

Papeles de trabajo. Revista electrónica del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de General San Martín. ISSN 1851-2577. Año 6, N° 9, Buenos Aires, junio de 2012.

Cheguei ao auditório principal da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que já estava tomado de camelôs, com grande quantidade de vereadores circulando na parte que lhes era protocolarmente destinada. Juliano caminhava impacientemente, trajando uma indumentária pouco habitual, que lhe caía com certa artificialidade: um blazer com gravata, sem formar um terno. Na verdade, o blazer de lã cinza escuro improvisado pouco combinava com a gravata azul marinha displicentemente amarrada ao pescoço. Não obstante, o traje dava o tom da importância que assumia aquele evento para ele e, mais especificamente, para o seu futuro como líder bem-sucedido do Camelódromo. Ele me cumprimentou, mas não nos aproximamos, uma vez que o corrimão físico que nos separava também impingia distanciamentos simbólicos: naquela ocasião, Juliano estava muito mais preocupado em recrudescer e renovar seu capital político junto aos vereadores, do que conferir demasiada atenção a um *estudiante universitario*, coisa que nesse contexto não se mostrava a escolha mais sábia, do ponto de vista exclusivamente das estratégias subjetivas de legitimação naquele espaço. A sessão foi iniciada pelo vereador Adeli Sell (PT), que apresentou a pauta do dia e convidou Juliano a assumir a palavra:

[**Juliano**] “Presidente Adeli Sell, uma boa tarde ao senhor e aos vereadores. (...) Eu quero me reportar a 2005, onde a gente, dentro dessa Câmara, também lotada da maneira que ta, a gente veio aqui reclamar e pedir pros vereadores que o projeto de Camelódromo que tava sendo implantado em Porto Alegre, vindo de Belo Horizonte, pra nós não servia. (...) Só que esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato, no decorrer do projeto, da sua construção, ele foi se desviando! Ele foi mudando, o projeto! (...) E eu cito, aqui, algumas modificações que foram alvo de protesto nosso durante 2008. Ta aqui, no caderno de prestação de contas da prefeitura de 2005/2006 [levanta o caderno]! Dizia que o sorteio seria universal, e no camelódromo não houve! Que as bancas seriam de quatro metros quadrados, não houve! Isso passou! Isso passou! Isso passou, a gente teve que ser obrigado a assinar um contrato e entrar lá dentro do camelódromo nessas condições”.

As recapitulações históricas e processuais, logo ao início da performance, denotam um agudo e particular conhecimento acerca do que está sendo dito, além de se constituir numa demonstração pública de erudição no campo e da habilidade subjetiva em manipular fatos históricos em favor da argumentação. Com efeito, não é a primeira vez que Juliano faz uso desta modalidade de instrumentalização discursiva: em repetidas ocasiões, sobretudo durante as Assembléias Regionais do Orçamento

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

Participativo⁷, o uso de matérias de jornal, não raro de vários anos atrás, tem caracterizado o acionamento, com propriedade, de aspectos historiográficos e, por extensão, contribuído para a ostentação pública de suas virtudes.

[**Juliano**] “E aí, vereador Aroldo de Souza, eu repito, vereador João Dib, aí entrou um decreto dizendo que em seis semanas tu perde o teu espaço. E digo mais, senhores vereadores. (...) Nós tamos passando necessidade no camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do camelódromo! E quero dizer, há uma semana atrás, veio notificação da SMIC dizendo que em cinco dias 26 pessoas perderiam seus espaços porque tavam com o aluguel atrasado”.

Outra estratégia veiculada no desenvolvimento do raciocínio de Juliano consiste na tentativa de estabelecer pontes comunicativas com os vereadores, seja através de citações esporádicas e nominais de algumas autoridades, no decorrer do discurso, seja se referenciando à classe de agentes sociais em geral – os “senhores vereadores”. Por meio deste procedimento, o líder comunitário articula, de maneira prévia, o apoio dos interlocutores aos quais se dirige, seja através da citação pública do nome, seja estabelecendo laços morais, conectando-os às suas expectativas e projetos. Trata-se, em última instância, da ostentação de um capital social singular, ao mesmo tempo em que a enunciação, feita desta maneira, nos interstícios da performance, restringe o campo de possibilidades da alteridade. Igualmente, ela obriga a uma resposta, institui uma troca simbólica, abre espaços para novos campos de negociação e de projetos: o que está em jogo é a tomada de posições nesta arena política, da qual o vereador citado não poderá mais se furtar, implicado que está – ou melhor, que foi, pelo poder intrínseco ao discurso –, de se justificar e se pronunciar sobre o assunto referido. O comprometimento está, pois, em fazer referência às qualidades subjetivas do interlocutor, a valores morais, a sensibilidades genéricas que poucos ousariam refutar e rechaçar num ambiente público, de exposição à sociedade civil e à opinião pública. “*Eu sei* que vocês fariam o mesmo nessa situação”, equivale a dizer, “eu imagino”, ou, ainda, “eu espero” que vocês o façam.

⁷ Em 2009, Juliano foi candidato à titularidade da Temática de Desenvolvimento Econômico, mas foi surpreendido com a eleição de Alfonso Limberger, outro líder comunitário de destaque e um de seus concorrentes na representatividade interna do Camelódromo. Por sua vez, os espaços discursivos relativos às Assembléias do OP, apesar de relevantes para entender a construção retórica de Juliano, não serão analisados nesta etnografia.

[**Juliano**] “(...) Então, a gente vendo estes problemas todos que tão acontecendo dentro do camelódromo, a gente volta à casa do povo. A casa onde foi aprovado o projeto, aqui vários pais desse projeto tão aqui sentados. E digo pros pais desse projeto que o camelódromo não ta dando certo! 800 pessoas dentro de um espaço, tirando, se bem extremista, 20% que estão em corredores privilegiados, estas estão bem. Agora, os outros 80% tão passando fome dentro do camelódromo!”

A plenária reage com estertor, fragmentando o ritmo discursivo de Juliano, numa reação de complementaridade polifônica às palavras do líder. “É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!”.

- [**Juliano**] Isso, senhores vereadores, a mídia não quer colocar! Não quer mostrar a verdade dentro do camelódromo. Secretários e alguns vereadores não querem que isso apareça na mídia! Não querem que a gente se manifeste contrário ao camelódromo, porque pode arranhar a lisura deste projeto. Mas quando que nós não vamos se manifestar se nós tamo lá dentro não conseguindo pagar os alugueis?! E um absurdo, vereador Aroldo, seis semanas! Seis semanas, se tu não pagar, tu perde teu espaço! E aí vamos fazer o quê? As pessoas vão perder seus espaços e vão para a rua? Nããão!

- [**Plenária**] Aeeeeeeee!!! É isso aí!!!! É isso aí!!!!

Por tudo isso, “a gente volta à casa do povo”: a mediação política passa a ser articulada nas duas direções, isto é, ela é dirigida tanto aos vereadores, para sensibilizá-los; quanto à plenária, cujos interesses estão sendo representados. Ao mesmo tempo em que está com um pé na Câmara de Vereadores, compreendendo sua dinâmica operacional e o sentido do jogo que ali se desenvolve, também logra articular as expectativas daqueles que esperam por uma decisão, mas cuja lógica de pensamento se referencia às experiências próximas de vida e que não contemplam – nem se espera que o façam – a lógica do campo burocrático e estatal (Bourdieu, 1996). Enquanto um agente limítrofe – seja na interação com o sistema de agentes e os espaços de posições que eles ocupam na política convencional, seja como ator social deslocado em relação à comunidade – o líder é simultaneamente prisioneiro do seu desejo de prestígio e da sua impotência para realizá-lo, dado que a fonte de seu poder político reside alhures, na própria sociedade que o institui e constitui (Clastres, 1979).

- [**Juliano**] A gente foi na Defensoria Pública, e lá nós tivemos guarida. A Defensoria Pública disse ‘segura essas notificações, não tem valor nenhum, durante vinte dias a SMIC não pode mais notificar as pessoas que estão lá dentro’. Ta lá a notificação! Então, a gente ta tendo apoio dos defensores públicos, porque eles

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político. Papeles de Trabajo, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.*

estão enxergando que nós vamos acabar perdendo aquele espaço que foi construído para camelôs e não pra lojistas!
- [Plenária] É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!

Mais uma vez, a presença em massa da plenária provoca uma reação enfiada de aplausos e gritos. O papel desempenhado pela comunidade presente é de caráter complementar, mas nem por isso menos relevante, à performance: o escutar atento e o vasto repertório de intromissões ritualizadas, em momentos estratégicos ao jogo social que ali se desenvolvia, contribuem para corroborar as palavras proferidas por Juliano junto ao “parlatório”. Elas obedecem a toda uma lógica culturalmente orquestrada sobre como devem ser utilizados os aplausos e as ovações interpostas com fins à propulsão do discurso encenado. Ainda mais importante: elas demonstram publicamente a anuência e o apoio que o orador possui da comunidade em nome da qual está autorizado a falar. Sem a sua presença – equivale a afirmar, sem a presença e a ostentação de toda a rede de reciprocidades a mostrar a posição de onde se está falando –, as palavras e toda a arte oratória de Juliano não teriam a mesma eficácia simbólica.

Outro elemento importante, do ponto de vista estético e discursivo, é a veiculação do caderno de prestação de contas da prefeitura, que é exibido para que todos possam contemplá-lo, a fim de se convencerem de que o que está sendo afirmado por Juliano é, de fato, verossímil. Essa verossimilhança, por sua vez, se ampara na crença – e na sua manipulação estratégica pelo líder comunitário – em elementos e dispositivos considerados legítimos no campo da política convencional, em números matemáticos, altamente racionais, de aferição da máquina pública. O uso discursivo da “Defensoria Pública” é mais um desses exemplos que ilustram a tentativa de barganhar o apoio da Câmara a partir de sua lógica interna e das crenças que orientam a sua dinâmica de funcionamento, contribuindo para amplificar a sensação de que a causa sustentada por Juliano tem respaldo e é legítima inclusive aos olhos de outras instituições de caráter democrático.

[Juliano] Eles estavam prevendo que 30% não iam agüentar dentro do camelódromo! Que iam ir pra rua! Que não iam ter condições de pagar! E isso eles sabiam quando o projeto foi implantado, e não fizeram nada pra ajudar nós! Se nós não tivesse a frente desse processo, com todo esse pessoal que ta ajudando, a “Unidade” do camelódromo, já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro. Então o meu tempo ta terminando, eu quero entregar um documento aos senhores vereadores que analisem com muito carinho, que levem em consideração que os preços que tão sendo cobrados dentro do camelódromo é muito grande, muito alto

Papeles de trabajo. Revista electrónica del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de General San Martín. ISSN 1851-2577. Año 6, N° 9, Buenos Aires, junio de 2012.

para nós pagar! Antes nós não pagava nada lá na rua, e agora nós somos obrigados a pagar! Nós pedimos a diminuição do aluguel! [aplausos e gritos] nós pedimos o prazo de um ano de carência, que este ano seja subsidiado pelo estacionamento que vai ser inaugurado daqui a poucos dias! [aplausos e gritos]...

Durante a rememoração da gênese dos processos históricos que culminaram na institucionalização do atual projeto do Centro Popular de Compras, Juliano aciona outra estratégia igualmente importante. Ele propõe a recapitulação das ações levadas a cabo pelo seu grupo social, nas tentativas de reversão e rediscussão dos critérios sobre os quais estava sendo problematizada, em 2008, a questão por ele aventada. Trata-se de lembrar, a todos, o passado grandioso e hiperbólico de lutas sociais, travadas por ele, o guerreiro, à testa da ASFERAP. Do ponto de vista retórico, esta estratégia toma forma pela reiteração estética do mesmo jargão e da mesma estrutura frasal e oracional, inúmeras vezes, durante a disposição e enumeração das supostas irregularidades que caracterizariam a má condução do projeto. Esse procedimento tem a pretensão de fazer criar, no ouvinte, a idéia de repetência, de reprodução, de “cargas” e pesos que se acumulam e amontoam sem solução. O mesmo se passa quando da demanda por soluções: “Nós pedimos...!; Nós pedimos...!; Nós pedimos...!”.

[Juliano] “(...) Nós pedimos, senhores vereadores e presidente, que a SMIC e alguns sindicatos parem de entrar lá pra dentro para fazer terrorismo! Eles estão aterrorizando! [aplausos e gritos] A prefeitura não está sendo sensível, porque estão exigindo o pagamento de alvará de cinco dias pra não fechar a banca. Que sensibilidade é essa? Nós não temos como pagar os aluguéis e mais pagamento de taxa sindical, vereadores! E mais, o alvará está sendo exigido. Isso não é sensível! Isso é tocar os camelôs pra fora do camelódromo, e não é isso que vocês querem! Não é isso que o prefeito quer, não é isso que a população quer! A população acreditou num projeto que daria certo pros vereadores, pros camelôs, pra população de Porto Alegre e pra todo mundo que se beneficiasse desse espaço! E não é isso que ta acontecendo!”.

Novamente, o que se observa é a associação discursiva feita entre certas facções do governo e as tentativas de prejudicar o movimento social que é desenvolvido com o objetivo de conduzir os interesses dos comerciantes populares implicados no Centro Popular de Compras. Independentemente da existência concreta ou não de tal conflito de interesses – muitos discutem e acusam Juliano, por exemplo, de politizar as arenas de debate público ao insistir nessa dicotomia –, do ponto de vista simbólico há um componente relevante nesse jogo de denúncias e acusações: trata-se da idéia êmica de que se tais ações de represália levadas a cabo pelo governo se fazem verificar com tanta

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, Nº 9, junio de 2012, pp. 198-224.

frequência, é porque “ele [o governo, de forma pessoal] está com medo” da repercussão e da forma que está tomando o movimento encabeçado por Juliano. A consideração, no planejamento das estratégias, pelo poder público, da existência desses grupos sociais pleiteantes, e as tentativas desencadeadas para inibir e depreciar o seu alastramento, são, assim, tomadas como um indício de prestígio e de poder dos líderes, de sua “força” em mobilizar a comunidade diante do Estado.

Na verdade, contudo, trata-se de uma guerra pelo monopólio ou, ao menos, pela hegemonia momentânea da representação social, pela busca de espaços de legitimidade para a enunciação da palavra e a manipulação dos interesses da comunidade. O que subjaz às tentativas de desqualificação da SMIC no espaço do Camelódromo – através de sua infiltração na forma de fiscais e funcionários cuja pretensão não é mais que o disciplinamento e o esquadramento do espaço – é a pretensão de Juliano ao monopólio da legitimidade de sua autoridade no interior do Centro Popular de Compras. O mesmo se passa com os demais líderes, concorrentes em potencial, como é o caso de “certos sindicatos”, como astutamente cita em seu discurso, sem fazer a referência explícita ao seu interlocutor. O CPC é, afinal, o seu locus de agência ideal-típico, quer seja por definição (afinal foi eleito pelo voto), quer seja por excelência – afinal ele é camelô e, como tal, está um passo a frente de seus concorrentes no que tange à sensibilidade cultural da mediação de seus interesses. Esse açambarcamento – essas tentativas várias de assenhorear-se do espaço, sem, contudo, fazer uso de outro instrumento e mecanismo que não a palavra pública – se fazem verificar no próprio cotidiano e nas várias manifestações coletivas que traduzem o Camelódromo como um espaço que precisa ser apropriado, do qual os próprios camelôs devem sentir-se senhores para progredir. Não é por outra razão, portanto, que, na parte final de seu discurso, Juliano ressalta suas próprias qualidades como aquele que melhor preparado está para o processo de mediação política, no uso da palavra: não fosse pela “Unidade” construída e presidida pela sua iniciativa, “já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro”.

[**Juliano**] “Precisamos dos vereadores, precisamos muito que convençam o prefeito e o secretário que esse projeto não ta dando certo da maneira que está sendo levado! Nós precisamos da ajuda de vocês, precisamos que vocês lembrem quando votaram nesse projeto e acreditaram que ia dar certo, porque a população carente precisa de vocês, precisa do trabalho, e tem que ter dignidade pro trabalho, porque

formalmente nós não vamos conseguir mais trabalho! [aplausos e gritos] Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!”

Por fim, a exposição geral das insatisfações e a mediação dos interesses de seus representados é feita com base no uso de algumas frases retóricas de efeito: “Nós estamos passando necessidade dentro do camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do camelódromo!”. O encerramento triunfal e solene da exposição é coroado pelo pedido – performaticamente impactante – de *socorro*, com a idéia subjacente de uma irreversibilidade do processo: “(...) porque formalmente nós não vamos mais conseguir emprego. (...) Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!”.

Mais uma vez, a comunidade presente intervém e irrompe com aplausos efusivos e brados de guerra, numa demonstração clara de seu poderio tático. O presidente tenta, em vão, pedir e fazer cumprir a ordem do silêncio, acalmando os presentes, que, no entanto, se levantam de onde estavam sentados, batem palmas coordenadas, aos brados de “Juliano! Juliano! Juliano” e “Socorro! Socorro! Socorro!”. A plenária, que lotava o auditório, se manifestava a cada grito de empolgação, a cada parada estratégica, a cada hesitação e gesticulação efusiva. Reagia com socos aos ares, brados de indignação, o corpo engajado em sua totalidade na produção de legitimidade em torno das palavras recém-proferidas do líder.

O uso retórico permanente de uma economia corporal (Csordas, 2008; Le Breton, 2009) é um dos elementos presentes e, do ponto de vista estético, mais significativos para o entendimento da eficácia simbólica do discurso público de Juliano. Os dedos em riste, as vociferações, os xingamentos, as feições de insatisfação e indignação que acompanham as palavras proferidas, tentando contornar a baixa estatura; enfim, as movimentações físicas, as tergiversações que faz ao iniciar o pronunciamento, são componentes idiossincráticos de sua *hexis corporal*, que atestam um estilo subjetivo de expressão que caracteriza o líder comunitário. Note-se que todo o corpo é envolvido na argumentação: a voz, que não hesita em momento algum, incansável e sempre mantida em alerta, com seu som áspero e agudo, afinada com o tom de denúncia inerente às palavras; a feição do rosto, que paulatinamente vai se intumescendo, à medida que progride na argumentação e elenca os fatos tidos como insatisfatórios e irregulares.

Ao longo dos dez minutos que lhe couberam, percebe-se a repetição incansável e assídua de certas palavras e jargões, bem como de informações estratégicas, para os quais o acento e o recrudescimento da voz se fazem imprescindíveis. Além de imprimir uma quebra na linearidade da fala, o que por si já a torna mais fluida e menos monótona, os acentos de voz e a repetição são importantes na consubstanciação do argumento que deseja proferir e esposar, na medida em que oferece um leque mais variado e múltiplo de possibilidades de expressão e, portanto, de legitimação. Além do mais, é nesses momentos que Juliano aciona a inter-subjetividade, dirigindo-se e manipulando diretamente com o pensamento de seus interlocutores vereadores. Os exemplos se multiplicam ao longo da exposição: “... esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato...”; ou então “tenho certeza que não é isso que vocês querem!”.

O regresso ao Camelódromo e o Uso Cotidiano da Palavra

Desejo, na última parte deste texto, problematizar outra ocasião singular para o entendimento dos usos públicos da palavra pelo líder comunitário, que diz respeito às apropriações locais das principais resoluções daquela que foi a primeira reunião da Câmara de Vereadores com o Comitê Gestor – por sua vez, composto de um representante da Secretaria (na ocasião, o próprio secretário), o representante da empresa privada que administra o prédio, Noedi Casagrande, e o representante dos comerciantes populares, Juliano Fripp. O evento ocorreu no dia 05 de maio de 2009, no terceiro andar do camelódromo, em reunião extraordinária convocada pela liderança.

Inúmeras pessoas cercavam Juliano, que estava ancorado contra a parede da sala de convenções do CPC, e de pé sobre o que parecia uma caixa de cerveja. Cerca de cem pessoas – talvez mais que isso – se reuniam em seu entorno para aplaudi-lo e reverenciá-lo. Enquanto Juliano terminava os preparativos para o início da reunião, os presentes, que deveriam totalizar cerca de cem pessoas, já um pouco impacientes, trocavam comentários irônicos e jocosos sobre o fato de não estarem vendendo naquele momento: “não tem importância, a gente igual nunca vende nada”; ou então “esse camelódromo tá tão cheio que as pessoas mal conseguem se mexer, eu por exemplo to vendendo horrores, nem deveria estar aqui, as pessoa vem me procurar pra comprar de

mim! [risos]”. Outras pessoas colocavam um copinho de plástico descartável para que Juliano subisse e de lá se pronunciasse. O ambiente era, enfim, de relativa descontração, apesar da gravidade do assunto que estaria em discussão.

Um elemento novo, apresentado ainda na primeira metade do discurso de Juliano – e que se repetirá, ao longo de sua exposição –, é a manipulação identitária da categoria “camelô”, em oposição à de “lojista”⁸. Na verdade, trata-se de um jogo estratégico e ambivalente que o orador sabe ser de alto valor simbólico: ao mesmo tempo em que não está preparado para assumir os encargos financeiros da nova posição social e cultural que a figura do “comerciante” impinge, Juliano também não despreza – chegando, inclusive, a postular – as novas prerrogativas e vantagens que a mudança de status institui: “*Aqui nós somos diferenciados!*”. É uma articulação e uma tomada de posição sobre a questão que tem em vista as sensações, as impressões e os impactos subjetivos do processo de transposição, atentando para o ponto de vista de seus interlocutores – que não se situam, ainda, nem aqui nem lá, mas neste espaço de liminaridade e transitoriedade simbólica (Turner, 2008), entre o universo anônimo da rua e o universo da visibilidade e da legalidade intrínseco ao Camelódromo.

Aplausos e gritos efusivos se ouviram na seqüência da fala inicial de Juliano, que, de certa forma, preparava o terreno para o que estava por vir: a apresentação dos principais resultados e conclusões parciais discutidos na primeira reunião da comissão formada na Câmara Municipal de Vereadores para problematizar as questões relativas ao Camelódromo.

- “Nós tivemos na reunião de segunda-feira, onde estiveram presentes os líderes das principais bancadas, dos principais partidos, inclusive do governo. Além disso, esteve presente o Casagrande e o Cecchim. E basicamente o que eles decidiram é a criação de um fundo para financiar a carência de um ano que nós estamos exigindo do governo. E nós estamos ainda na luta para exigir que 100% dos lucros obtidos com o estacionamento sejam revertidos para esse fundo, porque a prefeitura não investiu um único centavo na construção desse prédio para estar querendo tirar lucros do estacionamento! Sobre a questão dos alvarás, dos auxiliares e do sindicato. Foi decidido que o sindicato cobrar taxas absurdas é inconstitucional! Também não vai mais ter chamada, porque não é justo que a SMIC esteja fiscalizando a nossa entrada e a nossa saída num local que nós estamos pagando para vender. Aqui nós somos diferenciados! O governo não pode mais nos tratar sem respeito e dignidade, porque agora nós estamos pagando impostos e temos um contrato em mãos. Nós queremos viver como camelôs, ainda, porque ninguém que

⁸ Com o que se designa, usualmente, os proprietários ou funcionários de estabelecimentos comerciais, empresários ou ainda pequenos empreendedores autônomos.

trabalhava dignamente nas ruas está podendo ter condições de pagar os aluguéis aqui dentro! Isso o governo tem que entender! Nós ainda não somos lojistas, isso não acontece de uma hora para a outra, talvez um dia a gente seja, mas por enquanto nós somos camelôs!”.

Prosseguindo seu discurso, não sem dar uma pequena trégua para beber água, uma vez que sua voz já se tornava mais fraca pela impostação da voz, Juliano tenta resolver as questões internas. A questão da representatividade e da legitimidade em fazê-lo volta a figurar e assume papel destacado nessa exposição. Isto aponta para a existência de um amplo conjunto de reciprocidades e de alianças, de redes que se intersectam e se amplificam, por onde as fofocas são produzidas e canalizadas. Através delas, as proezas do líder comunitário são exaltadas, os seus deslizes reprochados, as ameaças dos insatisfeitos (ou incomodados com o rumo da representação), dirigidas e encaminhadas aos seus destinatários. É também por meio delas que os papéis de fofoca (uma antiga prática oriunda das redes de sociabilidade e práticas na rua) tomam forma e se constituem num elemento relevante de análise da lógica local que orienta a formação de alianças e a produção de capital social.

[**Juliano**] “Aqui dentro existe uma lista correndo para derrubar o comitê gestor. Eu não sei quem está por trás disso, mas nós fomos eleitos pelo voto democrático, então nós temos o direito de representar todos os camelôs, e nós estamos nos esforçando ao máximo para conseguir dar conta de toda essa responsabilidade. Agora, a gente também sabe que o pessoal do Cechim aqui dentro vai fazer de tudo para mentir pros vereadores e conseguir uma lista falsa de satisfeitos com a situação, assim como é falsa a lista que ta correndo para derrubar o comitê gestor!”.

Os gritos de veneração da população ao discurso de Juliano interrompem sua fala, momento em que aproveita para recuperar suas energias com novo gole de água. Ele inspira fundo e dá prosseguimento à sua explanação.

[**Juliano**] “Aqui dentro ninguém vai perder os seus pontos! Isso ta resolvido, a SMIC está proibida de despejar qualquer camelô que esteja com as suas parcelas de aluguel atrasadas. O que nós vamos fazer com esse pessoal que está em atraso é analisar cada caso individualmente, para ver quem está passando realmente por necessidades (...). Ninguém vai ser despejado, isso acabou! Nós queremos ter os 800 camelôs aqui dentro! Ninguém vai sair! O que nós precisamos, cada vez mais, é unidade entre nós! Porque a nossa força ta nisso, ta na nossa união, na nossa capacidade de mobilização em conjunto! E isso ninguém pode nos tirar, nenhum governo, nada! Enfim, as coisas evoluíram muito, nós estamos a um empurrãozinho de chegar lá, onde a gente queria estar desde o início. Falta muito pouco agora!”

Muitas das informações proferidas por Juliano não condizem, factualmente, com as interpretações de outros agentes do campo – sobretudo aqueles vinculados à estrutura governamental, que provavelmente contestariam a validade de todas as afirmações enunciadas. Isso deixa claro que o que está em jogo, no discurso do líder comunitário, é uma reapropriação idiossincrásica e uma leitura particular do contexto social da reunião de que participou e cujas informações está comunicando. Trata-se de uma construção imagética, uma ressemantização, em certa medida idílica, que faz operar e surgir, no seu interlocutor, a imagem de uma comunidade moral de sentido e de sentimento, a necessidade de um dever, um projeto cultural com vistas ao futuro, onde tudo será harmonioso, feliz, pacífico, homogêneo e ordenado. Enfim, em uma só palavra, trata-se da materialização de um sonho. Um sonho que foi concebido em conjunto e que, por isso mesmo, não poderá abdicar de ninguém: “Ninguém vai ser despejado! Ninguém vai sair!”. Juliano extrapola as habilidades de mediador político, pois, para se concentrar, à maneira do líder religioso, na proposição e busca de uma dimensão outra, imaginada e que constitui o fundamento de todo o trabalho incessante no tempo presente.

[**Juliano**] “Eu quero pedir novamente mais mobilização! Nós temos que nos apoiar, porque esse é o momento crucial da nossa luta! E o nosso caminho é um caminho direito, de pessoas honestas e trabalhadoras, e o que vai levar aos melhores resultados. Para encerrar, eu quero pedir mais unidade para todos! Porque se a gente se mantiver unido em torno dessa causa, ninguém vai nos impedir de chegarmos onde nós queremos. Ninguém vai nos impedir de construir o Camelódromo que nós sonhamos!”.

A reunião não poderia terminar melhor; Juliano é ovacionado por todos os presentes, que passam a se retirar de forma paulatina, enquanto o palco improvisado era desfeito. Algumas poucas pessoas permaneceram ao seu redor, na tentativa de conseguir conversar mais detidamente sobre o que aconteceu nas reuniões, não sem dar algum palpite ou conselho sugestivo a Juliano sobre como proceder.

O evento torna evidente, ainda, como o líder comunitário é convocado pelos seus interlocutores a dar esclarecimentos e informações acerca do processo em tramitação na Câmara de Vereadores. São as ocasiões em que compete proceder à adequação e compatibilização da morosidade da burocracia estatal com a urgência e premência das demandas locais; dos interesses dos políticos de ofício com os interesses comunitários. Como explicar àqueles que confiam na eficácia de sua palavra que algumas reuniões

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político.* *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

não surtem efeito, de que se trata de um longo e demorado processo de conquistas e litígios – permeado por muitos reveses – que colocam em jogo uma diversidade de interesses? Como não deixar perecer a relação de confiança instituída, naqueles momentos em que o líder se torna impotente e depende de outras instâncias decisórias? O último ponto a ser destacado trata, por conseguinte, das recomendações de Juliano a sua comunidade – pagar ou não pagar o aluguel? Qual a melhor estratégia, enquanto esperam? Como se constrói a relação do líder com a sua comunidade naquelas situações ordinárias, em que “nada” acontece politicamente e a figura do chefe não está constantemente em evidência? Estas preocupações compõem a subjetividade de Juliano, e se manifestam nas ocasiões mais recônditas, emocionalmente (in)tensas, quando o que está em jogo não é a performatização dramatizada e o uso do capital retórico e público; ao contrário, nesses casos, trata-se da tensão permanente entre os códigos culturais que fundam a vida em comunidade e os atributos e competências que singularizam o sujeito enraizado e plasmado pela coletividade. “O que eu vou dizer praquela gente? Como vou explicar que nada está acontecendo?”.

Considerações Finais

Procurou-se demonstrar, ao longo desta monografia, por meio de uma discussão teórico-etnográfica, as possibilidades epistemológicas e interpretativas que uma abordagem sobre os usos da retórica, da arte oratória e da palavra pública podem trazer para a compreensão de fenômenos culturais e sociais mais amplos, associados, por exemplo, às dinâmicas de representação no bojo da democracia participativa, bem como à operacionalização da mediação política por espaços estratégicos aos itinerários percorridos por líderes comunitários implicados nesses processos. Procurou-se demonstrar como a construção e legitimação da figura do líder comunitário – entendido como um agente limítrofe e mediador político –, de maneira particular, está atrelada indissociavelmente ao uso e à manipulação pública da arte oratória, estruturando as relações da liderança diante de sua comunidade e em outros espaços de atuação que caracterizam sua agência e itinerários.

Nesse sentido, a etnografia tratou de tencionar a arte oratória como um elemento importante e central na constituição da agência de indivíduos destacados – de certa forma, liminares –, na busca pela consecução de suas intencionalidades culturalmente

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*. *Papeles de Trabajo*, Año 6, Nº 9, junio de 2012, pp. 198-224.

mediadas e na tradução e operacionalização destas numa linguagem típica dos campos pelos quais circulam – seja o vocabulário léxico intrínseco às esferas da Câmara Municipal, da Prefeitura ou da comunidade vernácula. De maneira particular, os espaços da política convencional são estratégicos para o entendimento das novas circunstâncias e reprodução de lideranças, já que têm a ver com o enfraquecimento das instâncias de participação direta engendradas pelo Orçamento Participativo desde a mudança de gestão ocorrida em 2005, que retirou o Partido dos Trabalhadores (PT) – há 16 anos no poder – e colocou em seu lugar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O acionamento da Câmara Municipal para garantir, em diferentes momentos, a sobrevivência do grupo de camelôs, deve ser entendido, assim, em sua interface com as dinâmicas de transição e pulverização do OP para outros espaços e temporalidades, seja para o camelódromo, seja para as secretarias de governo e agora a câmara de vereadores. Se há algo que permanece, nessas transposições, trata-se mais bem do acúmulo do *processo de cidadanização*, o que implica, como dito acima, num domínio retórico na democracia parlamentar – no sentido genuíno, associados ao jogo com as palavras. Nessas circunstâncias, recria-se as formas poéticas *da* e *na* política (Peirano, 2001; Damo, 2006; Ghasarian, 2007) – o que inclui um amplo espectro de recursos que acompanham as palavras, dando-lhes vivacidade e identidade plena. É no ato de recriar, performativamente, essa estilística da participação que os contornos do engajamento no OP reaparecem, transubstanciados na plasticidade semântica e poética com que os mais diferentes agentes se apropriam e transitam pelos espaços urbanos de expressão da palavra pública.

Isso não quer dizer, evidentemente, que outras competências e capitais simbólicos não sejam acionados para a produção da reputação do líder – bem como para colocá-lo em movimento, através da realização da mediação política –, mas que, inevitavelmente, como condição de sua eficácia, elas devem passar pela ostentação e elaboração retóricas. Tal argumento vai ao encontro da necessidade inexorável do líder comunitário de sempre estar agindo, já que a conquista da representatividade e da legitimidade – seja para discutir entre seus pares na democracia participativa ou para além dela, seja para atuar em nome da comunidade – não se renova automaticamente e não pode ser acionada tão-somente pela exaltação e entronização das glórias do passado. Ela depende de lutas, articulações e negociações – da possibilidade de agência, de mediação, da

Moisés Kopper. *Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político*. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

experiência e do improvisado do chefe político. Ela é um espaço permanentemente em aberto, sujeito a alterações e modificações bruscas, que dependem da correlação de forças de cada contexto de ação e dos equilíbrios e jogos de poder entre os atores sociais que dele fazem parte. De sorte que este é um campo em permanente construção, dependente das veleidades que o caracterizam, em que a atuação do antropólogo (em alguma medida também performática), sempre vigilante e precavido, deve estar em conexão direta com tais modificações.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1998): *A Economia das Trocas Lingüísticas*, São Paulo, EDUSP.
- (1996): “Espírito do Estado - gênese e estrutura do campo burocrático”, em *Razões Práticas*, Campinas, Papirus.
- CLASTRES, Pierre (1990): “O dever de palavra”; “A Sociedade contra o Estado”, em *A Sociedade contra o Estado*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 149-211.
- CSORDAS, Thomas (2008): *Corpo/Significado/Cura*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- DAMO, Arlei Sander (2006): “A peça orçamentária: os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense”, em FONSECA, C., BRITTES, J. (orgs.) *Etnografias da Participação*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 136-183.
- ELIAS, Norbert (1995): *Mozart: sociologia de um gênio*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- (1994): *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. E (2007): *Os Nuer*, São Paulo, Perspectiva, p. 150-200.
- FOUCAULT, Michel (1979): “A Governamentalidade”, em *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal.
- GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard (2001): *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- GEERTZ, Clifford (1997). *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes.
- (1991). *Negara: o Estado teatro do século XIX*, Rio de Janeiro, DIFEL.
- (1989): *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara.
- GHASARIAN, Christian (2007): “Art oratoire et citoyenneté participative à Rapa (Polynésie française)”, em NEVEU, C. (org.) *Cultures et Pratiques Participatives*, Paris, L’Harmattan.
- KUNRATH SILVA, Marcelo (2002): *Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS*, Porto Alegre, UFRGS/PPG Sociologia.
- LE BRETON, David (2009): *As Paixões Ordinárias. Antropologia das Emoções*, Petrópolis, Vozes.
- PEIRANO, Mariza (2001): *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP.
- STEIL, Carlos Alberto (org.) (2001): “Antropologia e Política”, em *Horizontes Antropológicos*, UFRGS, IFCH, Ano 7, N° 15, Porto Alegre, PPGAS.
- TURNER, Victor (2008): *Dramas, Campos e Metáforas*, Niterói, Ed. UFF.

Moisés Kopper. Arte Oratória e Democracia Participativa: breve etnografia das estratégias discursivas de um líder comunitário a partir de sua atuação como mediador político. *Papeles de Trabajo*, Año 6, N° 9, junio de 2012, pp. 198-224.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.) (2001): *Mediação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, Acroplano.

ZUMTHOR, Paul (2000): *Performance, Recepção, Leitura*, São Paulo, EDUC.

Recibido: 3 de julio de 2011. – Aceptado: 1 de marzo de 2012.